

As camélias do Leblon e a abolição da escravatura

Eduardo Silva

<https://ihp.org.br/?p=1803>

A crise final da escravidão, no Brasil, deu lugar ao aparecimento de um modelo novo de resistência, o que podemos chamar quilombo abolicionista. No modelo tradicional de resistência à escravidão, o quilombo rompimento, a tendência dominante era a política do esconderijo e do segredo de guerra. Por isso, esforçam-se os quilombolas exatamente em proteger seu dia-a-dia, sua organização interna e suas lideranças de todo tipo de inimigo ou forasteiro, inclusive, depois, os historiadores.

Já no modelo novo, o quilombo abolicionista, as lideranças são muito bem conhecidas, cidadãos prestantes, com documentação civil em dia e, principalmente, muito bem articulados politicamente. Não mais os poderosos guerreiros do modelo anterior, mas um tipo novo de liderança, uma espécie de instância de intermediação entre a comunidade de fugitivos e a sociedade envolvente. Sabemos hoje que a existência de um quilombo inteiramente isolado foi coisa rara. Mas, no caso dos quilombos abolicionistas, os contatos com a sociedade são tantos e tão essenciais, parte do jogo político da sociedade envolvente.

O Quilombo do Jabaquara, em São Paulo – uma das maiores colônias de fugitivos da história – é um bom exemplo do novo paradigma da resistência. O quilombo organiza-se em torno da “casa de campo de abolicionista” e os quilombolas erguem seus barracos com dinheiro recolhido entre pessoas de bem e comerciantes de Santos. A população local, inclusive as senhoras de bom nome, protege o quilombo das investidas policiais e parece fazer disso um verdadeiro padrão de glória. Quintino de Lacerda, o chefe do quilombo, levou uma vida bastante confortável e morreu rico, deixando extensa lista de bens, móveis e imóveis, para seus herdeiros, incluindo um pequeno tesouro amalhado em jóias de ouro e moedas de prata. Quintino não era um guerreiro no mesmo sentido que o foi Zumbi dos Palmares, o indomável general. Era já uma espécie de administrador, articulador, líder populista, intermediário, enfim, entre o quilombo e a sociedade em torno.

Sobre o quilombo do Leblon, no Rio de Janeiro, as notícias são ainda mais surpreendentes. A começar por seu idealizador, ou chefe, que era o português José de Seixas Magalhães. Os quilombolas não demonstravam qualquer indício de preconceito racial. Também o Seixas, positivamente, era um homem de ideias avançadas, dedicado à fabricação e comércio de malas e sacos de viagem na Rua Gonçalves Dias, no Centro, onde já utilizava os mais modernos recursos tecnológicos. Suas malas feitas com máquina a vapor, eram reconhecidas pelo mundo afora, e mereceram prêmios tanto na Exposição do Rio de Janeiro, quanto na Exposição de Viena d'Áustria.

Além de sua fábrica a vapor, o Seixas possuía uma chácara no Leblon, onde cultivava flores com o auxílio de escravos fugidos. Seixas ajudava os fugitivos e os escondia na chácara do Leblon com a cumplicidade dos principais abolicionistas da capital do Império, muitos deles membros proeminentes da Confederação Abolicionista. A chácara de flores, a floricultura do Seixas, era conhecida mais ou menos abertamente como o “quilombo Leblond”, ou “quilombo Le Bloon”, então um remoto e ortograficamente ainda incerto subúrbio à beira-mar. Era, digamos, um quilombo simbólico, feito para produzir objetos simbólicos. Era lá, exatamente, que o Seixas cultivava as suas famosas camélias, o símbolo por excelência do movimento abolicionista.

Naquela época, como infelizmente ainda hoje, a *camellia japonica* era uma planta relativamente rara no Brasil, introduzida no Rio de Janeiro há uns 60 anos, se tanto. Exatamente como a Liberdade que se pretendia conquistar, a camélia não era uma flor dessas comuns, naturais da terra e encontradas soltas na natureza. Era, pelo contrário, uma flor especial, estrangeira, cheia de melindres com o sol, que requeria know-how, ambiente, mão-de-obra, relações de produção, técnicas de cultivo e cuidados muitíssimo especiais. Ainda em 1897, quase dez anos depois da Abolição, Olavo Bilac ainda contrapunha as “flores da mata”, a nossa natureza comum daqui mesmo, com as sofisticadas camélias, símbolo de refinamento e civilização. “Aí tens tu, leitor amigo, as flores da mata...Se não as queres, aqui tens as camélias formosíssimas, filhas da civilização, primores nascidos e criados à custa de cuidados sem conta”.

Como Quintino do quilombo do Jabaquara, o imigrante Seixas era um homem muito bem



relacionado. Além da cumplicidade que tinha com os grupos abolicionistas do Rio, contava com a proteção da própria Princesa Isabel. Pelo menos o homem fornecia suas camélias, em bases regulares, ao Palácio das Laranjeiras, então residência da princesa e hoje sede do governo do Estado. As camélias do Leblon enfeitavam não apenas a mesa de trabalho da Princesa, como ainda sua capela particular, onde se apegava a Deus e fazia suas orações.

Para esse serviço simbólico, o Seixas reservava, é claro, as mais belas camélias do seu quilombo.

Tudo isso pode parecer muito interessante, mas, se pensarmos bem, a simples existência de um quilombo como o do Leblon, assim tão atuante e tão simbólico, não podia deixar de ser um escândalo público permanente, perpetrado nas barbas da polícia. O quilombo do Leblon era um ícone do movimento abolicionista, uma de suas melhores bases simbólicas e um dos seus trunfos para a negociação política. Por isso, na verdade, ninguém parecia muito interessado em dissimular ou esconder a existência do quilombo do Leblon, nem mesmo o Seixas ou qualquer de seus amigos abolicionistas. Estes, pelo contrário, lá promoviam ótimas festas de confraternização, batucadas animadíssimas, como aquela que aconteceu, por exemplo, no dia 13 de março de 1886, aniversário do Seixas. A turma abolicionista passou a noite toda na farrá do Leblon e só lembrou de voltar altas horas da madrugada. E vinham eles em animada cantoria pelo caminho, os quilombolas na maior folga do mundo tocando suas violas, e os abolicionistas aos gritos sediciosos de “vivam os escravos fugidos!” Isso durante todo o percurso a pé, do quilombo até chegar no Largo das Três Vendas, na Gávea, onde ficava o ponto final do bondinho puxado a burro que os traria de volta à civilização.

Além das festas e da batucada, outra boa evidência de que o Seixas não estava preocupado em esconder a existência do quilombo pode ser encontrada na subscrição popular que ofereceu uma pena de ouro à Princesa Regente, para com ela assinar a lei da Abolição. A lista é encabeçada pelo diretor da Revista Ilustrada, o abolicionista Angelo Agostini, e traz entre seus assinantes, todos pessoas físicas, uma entidade coletiva, o “Quilombo Leblond” como aparece escrito, e que todo mundo sabia tratar-se do Seixas das malas.

Quando o chefe de polícia, desembargador Coelho Bastos, o famoso “rapa-coco”, quis agir e pôr fim à cantoria abolicionista que se fazia na Gávea, no ponto final dos bondes, o Seixas foi protegido pela própria Princesa Isabel e, por trás dela, pelo Imperador do Brasil, que, segundo consta, pediu ao Barão de Cotegipe que encerrasse o caso sem maiores formalidades ou investigações.

A Princesa Isabel também protegia fugitivos em Petrópolis. Temos sobre isso o testemunho insuspeito do grande abolicionista André Rebouças, que tudo registrava em sua caderneta implacável. Só assim podemos saber hoje, com dados precisos, que no dia 4 de maio de 1888, “almoçaram no Palácio Imperial 14 africanos fugidos das Fazendas circunvizinhas de Petrópolis”. E mais: todo o esquema de promoção de fugas e alojamento de escravos foi montado pela própria Princesa Isabel. André Rebouças sabia de tudo porque estava comprometido com o esquema. O proprietário do Hotel Bragança, onde André Rebouças se hospedava, também estava comprometido até o pescoço, chegando a esconder 30 fugitivos em sua fazenda, nos arredores da cidade. O advogado Marcos Fioravanti era outro envolvido, sendo uma espécie de coordenador geral das fugas. Não faltava ao esquema nem mesmo o apoio de importantes damas da corte, como Madame Avelar e Cecília, condessa da Estrela, companheiras fiéis de Isabel e abolicionistas da gema. Às vésperas da Abolição final, conforme anotou Rebouças, já subiam a mais de mil os fugitivos “acolhidos” e “hospedados” sob os auspícios de Dona Isabel.

André Rebouças, o intelectual negro de maior prestígio da época, fazia uma ponte entre o esquema de fugas montado pela Princesa, em Petrópolis, e o alto comando do movimento abolicionista, no Rio de Janeiro: o pessoal da Confederação Abolicionista, Joaquim Nabuco, Joaquim Serra, João Clapp, José Carlos do Patrocínio.

O quilombo de Petrópolis, o quilombo do Leblon ou o quilombo do Jabaquara são quilombos abolicionistas, isto é, fazem parte já do jogo político da transição. Para o modelo anterior, o quilombo rompimento, o melhor exemplo será sempre o de mocambos guerreiros como o mocambo heroico de Acotirene; o mocambo de Dambrabanga; o mocambo de Zumbi; o mocambo do Aquilume, sua mãe; o mocambo de Andalaquituche, seu irmão; a Cerca de



Subupira; a Cerca Real do Macaco e toda a confederação a que chamamos Palmares.

Com a proteção do Imperador, felizmente, o quilombo do Leblon nunca chegou a ser investigado, continuando a Princesa a receber calmamente os seus ramalhetes de camélias subversivas. E com isso, como se pode imaginar, crescia barbaramente o poder simbólico das camelliaceas dentro do movimento político, sobretudo das que pudessem ser identificadas como “camélias do Leblon” ou “camélias da Abolição”. Na guerra simbólica que se instaura, uma ou outra vez, a Princesa ousou aparecer em público – o que era sempre notado pelos jornais – com uma dessas flores do Leblon a lhe adornar o vestido. O simbolismo estará presente até na hora da assinatura da lei, quando se aproximou da princesa o presidente da Confederação Abolicionista, João Clapp, e lhe fez entrega, solenemente, de um “mimoso bouquet de camélias artificiais”. E, logo em seguida, quando aproximou-se também o imigrante Seixas, honrado fabricante de malas, que passou às mãos da Princesa um outro bellissimo buquê de camélias. Desta feita, contudo, camélias naturais, vindas diretamente do quilombo do Leblon.

Na verdade, a hoje aparentemente insuspeita camélia, fosse natural ou artificial, era um dos símbolos mais poderosos do movimento abolicionista. A flor servia, inclusive, como uma espécie de código através do qual os abolicionistas podiam ser identificados, principalmente quando empenhados em ações mais perigosas, ou ilegais, como o apoio de fugas e a obtenção de esconderijo para os fugitivos. Um escravo de São Paulo, por exemplo, que desse às de vila-diogo e viesse parar no Rio de Janeiro, podia identificar imediatamente os seus possíveis aliados, já na plataforma de desembarque da Estação D. Pedro II, simplesmente pelo uso de uma dessas flores ao peito, do lado do coração. Caso o fugitivo ignorasse totalmente os princípios básicos dessa semiótica, dificilmente poderia contar com a proteção da poderosa Confederação Abolicionista, fundada em 1883, cujo programa era, simplesmente, combater o regime. A camélia era bem o símbolo da Confederação Abolicionista e de seus métodos de ação direta. Naquele tempo, usar uma camélia na lapela, ou cultivá-la acintosamente no jardim de casa, era uma quase confissão de fé abolicionista. Alguns pés remanescentes desse tempo simbólico ainda podem

ser encontrados em velhos jardins da cidade do Rio de Janeiro. São documentos vivos da história do Brasil.

